

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX.**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da cédula de identidade n.º XXXXX, inscrita no CPF sob n.º XXXXXXXX e **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, RG nº XXXXXXXX XXX/XX, inscrita no CPF sob n.º XXXXXXXX, ambas domiciliadas e residentes no XXXXXXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXX (XX) XXXXXXXX e (XX) XXXXXXXX, vêm, via ***Defensoria Pública do Distrito Federal***, com fundamento no artigo 1º e seguinte da Lei 6.858/80, requerer o presente

ALVARÁ JUDICIAL

visando ao levantamento e saque de importâncias pecuniárias relativas ao IRPF Imposto de Renda sobre Pessoa Física, depositados no Banco XXXXXXXX e disponível no Banco XXXXXXXX , em nome do falecido **Fulano de tal**, que, quando em vida, tinha as seguintes qualificações: nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade n.º XXXXXXXX - XXX/XX, inscrito no CPF sob o n. XXXXXXXX, passando a aduzir as razões que seguem:

DOS FATOS

Os Requerentes são filha e esposa do falecido **Fulano de tal**, cujo óbito deu-se em XX de XXXXX de XXXX, conforme instrumento registrado sob matrícula XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX do XX Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e P.J do DF - Oficial XXXXXXXX - situado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O extinto era casado com a Sra. Fulano de tal (doc.anexo), deixou uma filha, ora 1ª Requerente, todavia não deixou bens a inventariar. No entanto, era detentor do direito de receber importâncias de restituição de imposto retidas no IRPF Imposto de Renda de Pessoa Física disponibilizado no Banco do XXXXXX no valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXX).

Os Requerentes são os únicos herdeiros do falecido, conforme consta na certidão de óbito, sendo que necessitam levantar as importâncias relativas ao imposto a ser restituído.

Destarte, em face da impossibilidade de levantamento e saque das importâncias retidas sem a devida autorização judicial, alternativa não teve as Requerentes senão buscar o Judiciário.

DO DIREITO

Outrossim, estabelece a Lei 6.858/80, em seu artigos 1º e 2º, disposição que regula a espécie, que:

“Art. 1º - Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos

sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 2º - O disposto nesta Lei se aplica às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional.”

Assim sendo, necessária a intervenção judicial no sentido de autorizar os Requerentes a efetuarem o levantamento e saque das quantias depositadas junto ao Banco XXXXXXXX e disponível no Banco XXXXXXXX, referente à restituição do imposto IRPF Imposto de Renda sobre Pessoa Física, em favor do “*de cujus*” **Sr. Fulano de tal** , na quantia de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX) à razão de 50% (cinquenta por cento) para filha **Fulana de tal** no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX) e 50% (cinquenta por cento) para **Fulana de tal** no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX).

E, o direito dos Requerentes é assegurado na jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. JUIZ DE PRIMEIRO GRAU QUE AUTORIZOU A EXPEDIÇÃO, ENTRETANTO, ORDENOU QUE O ALUDIDO VALOR FOSSE DEPOSITADO EM CONTA JUDICIAL ATÉ O TÉRMINO DO INVENTÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE RESPALDO LEGAL. SENTENÇA REFORMADA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 1.037 DO CÓDIGO CIVIL E 2º DA LEI N.º 6.858/80.

O Levantamento de valores decorrentes da Restituição do Imposto de Renda, pelos herdeiros, independe de inventário ou arrolamento, consoante determinam os arts. 1.037 do Código de Processo Civil e 1º, da lei n.º 6.858/80. RECURSO PROVIDO. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, AC 7392852 PR 0739285-2, Relator Vilma Régia Ramos de Rezende, Órgão julgador 11ª Câmara Cível, DJ: 648).

DOS PEDIDOS

ANTE O EXPOSTO, REQUEREM:

a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

c) se Vossa Excelência entender necessário, que seja expedido ofício ao BB Banco XXXXXXXX, a fim de que tal instituição informe os saldos existentes em nome de **Fulano de tal**, referente à importância do imposto a restituir;

d) seja julgado procedente o pedido para, por sentença, autorizar as Requerentes, **Fulano de tal** e **Fulano de tal**, para cada efetuar o levantamento e saque, na proporção de 50% (cinquenta por cento) da importância depositadas junto ao Banco do XXXXX, oriundos do IRPF Imposto de Renda sobre a Pessoa Física do imposto a restituir em favor de **Fulano de tal**.

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, máxime pela documentação que instrui a presente.

Valor da causa: R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX).

Nesses termos,

Pedem deferimento.

XXXXXXXXX, XX/XX/XXXX XX:XX:XX

Fulano de tal

REQUERENTE

Fulano de tal

REQUERENTE

Fulano de tal

COLABORADOR

Fulano de tal

DEFENSOR (A) PÚBLICO (A)